

**LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO, POR TIPOLOGIA CONFORME O N.º1 DO ARTIGO 22 DO DECRETO-LEI N.º73/2009 DE 31 DE MARÇO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º199/2015, DE 16 DE SETEMBRO**

**a) OBRAS COM FINALIDADE AGRÍCOLA, QUANDO INTEGRADAS NA GESTÃO DAS EXPLORAÇÕES LIGADAS À ATIVIDADE AGRÍCOLA, NOMEADAMENTE, OBRAS DE EDIFICAÇÃO, OBRAS HIDRÁULICAS, VIAS DE ACESSO, ATERROS E ESCAVAÇÕES, E EDIFICAÇÕES PARA ARMAZENAMENTO OU COMERCIALIZAÇÃO**

|  |
|--|
| Requerimento formulado no modelo próprio   |
| Memória descritiva e justificativa   |
| Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão e cartão de contribuinte de pessoa singular ou pessoa coletiva                                     |
| Certidão de teor, atualizada, da conservatória do registo predial com as descrições e todas as inscrições em vigor   |
| Fotocópia da caderneta predial e planta do cadastro  |
| Extrato da carta militar à escala 1:25 000 com localização do prédio devidamente assinalada  |
| Extrato da planta de condicionantes do PDM com a localização do prédio e respetiva legenda legível   |
| Cartografia ou ortofotomapa à escala 1: 5000 ou escala maior, 1:2000 ou a adequada à dimensão ou rigor necessário, com planta de pormenor do pretendido    |
| Parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e peças gráficas, caso a utilização pretendida se localize em Aproveitamento Hidroagrícola |

**AS ENTIDADES DA RAN PODEM SOLICITAR QUALQUER OUTRA DOCUMENTAÇÃO QUE CONSIDEREM IMPORTANTE PARA ANÁLISE DO PROCESSO**

**Artigo 2º da Portaria n.º162/2011 de 18 de abril (artigo 22º alínea a) do Decreto-Lei n.º73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º199/2015, de 16 de setembro)**

**• PONTO 1 e 2 - CONSTRUÇÕES DE APOIO AGRÍCOLA**

|  |
|--|
| Comprovativo da inexistência de alternativa de localização viável fora da RAN ou, no caso de ampliação, a inviabilidade de deslocalização da exploração agrícola em áreas não integradas pela RAN, a comprovar por:  |
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação da carta militar à escala 1:25 000 com a localização de todos os prédios próprios que compõem a exploração</li><li>• Certidão das Finanças com a identificação de todos os prédios de que o requerente é proprietário</li></ul> |
| Fotocópia do IRS ou IRC comprovativa de que o requerente seja agricultor ou titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação pretendida   |
| Caso seja ultrapassada a área de 750m <sup>2</sup> , nos casos legalmente previstos, deverá ser apresentada a justificação técnica e económica para tal  |
| Caso a pretensão se venha a localizar fora da área do assento de lavoura pré existente deverá ser apresentada a justificação para a localização da pretensão   |

**• PONTO 3 - ESTRUTURAS E INFRAESTRUTURAS DE REGA**

|   |
|---|
| Justificação do requerente, por razões de necessidade decorrentes da atividade agrícola ou florestal desenvolvida |
|---|

**• PONTO 4 - VIA DE ACESSO**

|   |
|---|
| Justificação do requerente, por razões de necessidade decorrentes da atividade agrícola ou florestal desenvolvida |
|---|

**• PONTO 5 - ATERROS E ESCAVAÇÕES**

|   |
|---|
| Justificação do requerente, por razões de necessidade decorrentes da atividade agrícola ou florestal desenvolvida |
|---|

**TAXA DE APRECIACÃO:**

A taxa a cobrar às áreas de solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) a afetar a utilizações não agrícolas, está de acordo com o estipulado na Portaria 1403/2002, de 29 de outubro, cujos valores atualizados são os seguintes:

- Utilizações não agrícolas até 500m<sup>2</sup>: 82,57€ (oitenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos);
- Utilizações não agrícolas, superiores a 500m<sup>2</sup>: Ao valor referido no número anterior, acresce um montante de €0,04/m<sup>2</sup> na área restante, a afetar a utilizações não agrícolas;
- Para efeitos de cálculo do valor da taxa a pagar pelos interessados, a área de solos da RAN a afetar utilizações não agrícolas, a que o parecer respeita, é arredondada à centena de metros quadrados imediatamente superior;
- O pagamento da taxa deve ser efetuado pelo interessado no acto de entrega do requerimento inicial e demais documentos necessários à emissão do respetivo parecer, através de cheque endossado ao IGCP-EPE ou por transferência bancária para o IBAN da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo - PT5007810112000000785480, devendo neste caso ser anexado aos restantes documentos o respetivo comprovativo de pagamento e enviar para o e-mail [dv.ambiente@drupal.min-agricultura.pt](mailto:dv.ambiente@drupal.min-agricultura.pt)
- Solicitamos que o referido pagamento seja efetuado em nome do requerente do processo e em caso contrário seja enviada cópia do comprovativo de pagamento e identificação do requerente para o e-mail [dv.ambiente@drupal.min-agricultura.pt](mailto:dv.ambiente@drupal.min-agricultura.pt)

**NOTAS:**

- No caso de Sociedade deve ser apresentada cópia da certidão permanente ou estatutos.
- Se houver prédios arrendados, deve ser apresentada fotocópia do contrato de arrendamento, este devidamente registado explicitando o objeto do arrendamento, o prazo e o compromisso, ou garantia bancária de reposição, após a vida útil da utilização, nas condições iniciais.

**Legislação a consultar:**

Decreto-Lei n.º 73/09, art. 22,º nº1, de 31 de março, com as alterações do Decreto-Lei n.º199/2015, de 16 de setembro  
Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril  
Declaração de Retificação da Presidência do Conselho de Ministros n.º 15/2011, de 23 de maio  
Portaria n.º1403/2002 de 29 de outubro